



Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ISSN: 1517-4115

revista@anpur.org.br

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

MARTINS, SÉRGIO

O URBANISMO. ESSE (DES)CONHECIDO SABER POLÍTICO

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, núm. 3, outubro, 2000, pp. 39-59

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513952493004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O URBANISMO

ESSE (DES)CONHECIDO SABER POLÍTICO

SÉRGIO MARTINS

R E S U M O *Este texto submete as relações entre urbanismo e política a rigoroso escrutínio. Considerar o urbanismo como saber político que se conforma no transcurso da urbanização nascida da industrialização exige observar que sua realização pertence, em verdade, a um processo mais amplo e vasto: a consolidação do Estado moderno e a produção política da sociedade que o acompanha. O que não revoga as coações para que a urbanização se faça consoante às formas necessárias ao movimento reprodutivo do capital. Pelo contrário, reforçam-nas. Assumindo o caráter de economia política do espaço, o urbanismo acaba funcionando como mediação para a imposição dos conteúdos antidemocráticos a ela intrínsecos.*

P A L A V R A S - C H A V E *Urbanização; Estado; urbanismo; democracia.*

Escrevendo sobre as origens da urbanística moderna nas sociedades européias (particularmente na França e na Inglaterra) que, no transcurso dos últimos decênios do século XVIII e início do subsequente, foram visceralmente transformadas pelo processo de industrialização, por meio do qual o capitalismo pôs-se decisivamente de pé na História, Leonardo Benevolo assinalou que a rápida metamorfose das antigas cidades nas quais a indústria foi se abrigando, bem como o surgimento das novas cidades industriais, logo deixou patente a insuficiência dos “métodos tradicionais de controle urbanístico” herdados do feudalismo. Por um lado, se as chaminés apontadas para o céu ganhavam predominância na paisagem urbana em sucessão às torres das catedrais, por trás do refinamento e da elegância das fachadas de edificações monumentais e suntuosas cresciam bairros operários cuja realidade angustiante, como foi classicamente descrita por Friedrich Engels em 1845, Benevolo chegou a transcrever por várias páginas (1963, p.36 et seq.).

Ainda com o autor, é interessante observar que, naquela época, a despeito da necessidade e da urgência de uma “nova metodologia urbanística sem quaisquer ligações com a antiga” para combater os “males da cidade industrial” que a cada dia se avolumavam e ganhavam mais evidência, as proposições visando estabelecer uma ampla legislação sanitária — “o precedente directo da moderna legislação urbanística” (Benevolo, 1963, p.94) — sofreram fortes objeções dos ideólogos liberais da época (assim como foram objeto de protestos por parte dos socialistas), visto que, em verdade, um desabrido *laissez-faire* governava, no caso das cidades inglesas, não apenas a construção das *cottages*,¹ mas a urbanização como um todo.

De fato, como Lewis Mumford demonstrou num extenso trabalho que se tornou referência nos estudos urbanos, assim que as instituições pré-modernas foram postas em escombros, “os interesses do dinheiro progressivamente dominaram os interesses da terra, no traçar e construir os novos bairros da cidade” (1961, p.530). A partir do momento em que as cidades eram alcançadas e desfiguradas pelo forte impulso dado pelas exigências da industrialização, também seu crescimento passava a se fazer conforme a “crença de que

¹ Pequenas casas, próximas às fábricas, nas quais se acumulava a maior parte do proletariado de que se utilizava a industrialização inglesa, e que compunha, de acordo com Engels, um vantajoso negócio para os industriais, quer pelos extorsivos aluguéis cobrados dos operários quer pelo controle infamante que sobre eles era exercido. Cf. Engels (1845, p.205-6).

uma providência divina regulava a atividade econômica e assegurava ... o máximo de bem público, através dos esforços dispersos e não regulados de cada indivíduo que buscava promover seus próprios interesses. O nome não teológico dessa harmonia preordenada era *laissez-faire*" (Mumford, 1961, p.575).

A resultante desse movimento, como relata Mumford com toda carga de indignação, foi a substituição da ordem anterior, corrompida por uma "desembaraçada especulação imobiliária", pela ascensão da sordidez e da mediocridade características de uma urbanização caudatária de um liberalismo acachapante. Desse modo, a estética e a engenharia norteadoras de uma planta orgânica medieval foram solapadas por um "tipo inorgânico de planejamento", de lotes e quarteirões padronizados, que se prestava apenas para uma "pronta divisão da terra, uma pronta conversão das fazendas em terrenos de especulação e uma rápida venda", o que qualquer contínuo ou escrevente de um advogado poderia elaborar, deplora Mumford sem perder a oportunidade para reiterar sua inconformação. Desde então, a planta em grade disseminou-se, para muito além da própria Inglaterra, como modelo de crescimento das cidades. Devidamente acompanhado de seus absurdos, pois cada vez mais afastado dos "fatores vitais que determinam a utilização apropriada de um sítio urbano" (1961, p.538).

Do ponto de vista do urbanismo, segundo Mumford, essa "nova espécie de ordem urbana, na qual os negócios tinham precedência sobre todas as outras espécies de atividades" (1961, p.537), concebida para permitir a expansão da cidade em qualquer direção, "não chega sequer a ser ordem" (p.539). Numa sociedade — pertencente à era paleotécnica, como a denominava Patrick Geddes, do qual Mumford tornou-se o "mais ilustre dos seus discípulos" (Choay, 1965, p.40) — em que "cada homem agia por si mesmo; e o Diabo, se não levava a pior, pelo menos reservava para si o privilégio de construir cidades" (Mumford, 1961, p.571), onde "a própria noção de controle público foi, desde o princípio, um tabu" (p.542), e "até as obras de caridade tinham-se tornado mesquinhas na sua utilização da terra, pois agora o espaço, como o tempo, era dinheiro" (p.550), "as metrópoles mais ricas e 'progressistas' muitas vezes negavam-se as necessidades elementares da vida, tais como a luz e o ar, que até mesmo aldeias atrasadas ainda possuíam ... eram montes de homens, parques de máquinas, e não meios de associação humana, tendo em vista a promoção de uma vida melhor" (p.571-2).

Para não me alongar mais e começar a situar a questão que me interessa: Lewis Mumford, numa interpretação que bafejou amplamente vários pesquisadores, retrata um quadro desalentador, de completa ruína da vida urbana — "o capitalismo, em seus efeitos sobre as cidades, é como a aberração da fisiologia humana que a medicina conhece como o estômago que se digere a si mesmo" (1961, p.557) —, ao que parece, sem brechas.² No entanto, Mumford não se limita à denúncia de um processo tido como monstruoso e/ou mórbido. Ele perfila-se entre os que propugnam por "melhoramentos urbanos" efetivos e sua extensão ao conjunto da sociedade que, em sua perspectiva, à primeira vista, generosa, encontrava-se igualmente necessitada deles. A despeito de suas considerações acerca das condições a que a imensa maioria dos trabalhadores se encontrava condenada a (sobre)viver no século passado — condições que "zombam de toda a ufania de sucesso material que o 'Século do Progresso' externasse" (1961, p.593) —, suas assertivas são as de quem se vê incomodado diante do júbilo manifesto pela burguesia liberal que, em face dos desconcertantes avanços materiais alcançados pelas forças econômicas de que se apoderara, tornara-se cega ao fato de que, nas condições em que o "progresso" lançara as cidades, "era preciso que se tivesse todos os sentidos embotados, para ser fe-

² Não é desprovido de interesse salientar que, neste aspecto, a abordagem mumfordiana parece bastante próxima à de algumas representações da urbanização inglesa prevalecentes no século XVIII. A imagem do "grande tumor", do "monstro", como observou Raymond Williams, "seria usada repetidamente, à medida que Londres continuava a crescer" (Williams, 1973, p. 205), em contraste com outras, pelas quais se celebrava a atividade industrial e a urbanização dela decorrente como marcas de uma civilização cujos marcos passavam a ser noções como as de liberdade e ordem.

liz” (1961, p.599). É nesse plano de preocupações e de inconformismo frente ao que vê como contrastes, desequilíbrios e fealdades inaceitáveis, provocadas pelo livre curso do ímpeto industrializante, que Mumford advoga em favor do “planejamento racional da urbanização”, a ser obedecido tanto no melhoramento das cidades como na criação das cidades novas (“uma cidade neotécnica seria uma comunidade completa e equilibrada”). Planejamento esse que não se fizesse despido de elementos estéticos e artísticos, para os quais a burguesia liberal, bisonhamente mergulhada em seu pragmatismo, apenas dispensava o escárnio e a indiferença.

Apesar de Lewis Mumford ter se declarado contrário aos que imaginam que a degradação urbana provocada pela industrialização pudesse ser revertida retrocedendo-se a uma ordem pré-industrial,³ Henri Lefebvre, por exemplo, não deixou de observar que os ataques contra a “ditadura do automóvel” (uma das marcas da urbanização no século XX), feitos, entre outros, por Mumford, “deixam de lado as possibilidades técnicas e se tingem com uma nostalgia impotente” (Lefebvre, 1967, p.13). Em contrapartida, em sua bastante conhecida antologia, Françoise Choay (1965) reputou a obra de Mumford como uma crítica impiedosa, de importância quase revolucionária, aos “primeiros urbanistas progressistas”, cujos princípios foram lapidariamente reunidos na Carta de Atenas, resultante do *IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna*, e têm a trajetória de Le Corbusier e sua “arquitetura do *bulldozer*” como maiores testemunho e legado. No entanto, ao contrário do entusiasmo abusivo de Choay e da crítica apressada de Lefebvre, penso que o mais valioso na insistente defesa feita por Mumford, em favor da instrumentalização do conhecimento científico para o “reparo das falhas da clássica cidade industrial” mediada por um “planejamento humanista”, não se encontra nas recomendações que o “bom urbanismo” (por ele considerado como “contra-ataque” aos nefastos efeitos da industrialização desbragada, objetivando restituir às cidades aspectos da vida urbana que por aquela lhe teriam sido subtraídos) oferece, mas nem sempre, como ele mesmo se lamentava, são postas em prática. O fundamental encontra-se nas perguntas que Mumford — e com ele vários outros pensadores da história do urbanismo e de suas relações com a urbanização — não se coloca ou então coloca mal. A principal delas é justamente a do surgimento do urbanismo moderno. O leitor de *A cidade na História* fica tão surpreso quanto confuso ao saber que, “dando rédeas soltas ao caos, a razão e a ordem deveriam emergir; aliás, só o planejamento racional, impedindo ajustamentos automáticos, podia interferir nas funções superiores de uma providência econômica divina” (Mumford, 1961, p.577). E, de fato, Mumford acaba creditando aos “reformadores sanitários e higienistas” o estatuto de verdadeiros missionários demiúrgicos que, revelando a “lista dos males” da cidade industrial (paleotécnica), se defrontaram com as fervorosas defesas em prol do liberalismo para redimi-las e, encontrando soluções para diversos dos problemas de toda monta que se iam avolumando, levaram ao... socialismo, saído, não se sabe bem como, das suas cabeças bem pensantes.

Sendo assim, prossegue Mumford, somente aos “capitalistas cobiçosos”, dominados por seu “desejo de utilizar todos os metros quadrados de espaço ... mesmo quando a construção era para seu uso privado” (1961, p.544), e aos “mais revolucionários dos críticos da época”, como Engels, que “parece ter sustentado a ingênua noção de que o problema acabaria por ser resolvido pelo proletariado, por meio de uma tomada revolucionária dos cômodos bairros habitados pela burguesia [mas] não se dava conta do fato de que as moradias da classe superior eram, mais freqüentemente do que

3 “Quem haveria de seriamente esperar uma solução de qualquer dos nossos problemas urbanos, pelo retorno a uma base tecnológica ou social mais primitiva?” (Ibidem, p.548).

se imagina, intoleráveis supercortiços” (p.590-1), somente desses seria tolice esperar que reconhecessem que

Se os aspectos criadores da vida urbana foram diminuídos pelo industrialismo, também, com o tempo, foram reduzidos os maus efeitos dos seus detritos e excrementos. Até os corpos dos mortos contribuíram para o melhoramento: formavam um anel verde de subúrbios e parques mortuários ao redor da cidade que crescia; e também ali, a maneira ousada e magistral de tratar desse problema, revelada por Haussmann, deve merecer respeitosos aplausos. (Mumford, 1961, p.607)

Ora, se formos rigorosos com o minudente relato a respeito da produção histórica e social dos mais diferentes tipos de cidades feito por Mumford, mais especificamente quando o autor se ocupa da urbanização que se anuncia através da industrialização, poderemos nele reconhecer a presença marcante e decisiva de uma concepção que parte da suposta inexistência de uma ordem racional na realidade social com a qual depara, tomando-a como anômala em oposição à ordem consoante com as leis e normas a que a vida social deveria se integrar. O livre curso do liberalismo clássico na urbanização européia do século passado, por exemplo, é censurado em razão da ausência de leis, normas e outros mecanismos de controle que pudessem enquadrá-lo para impedir que a urbanização dele resultante expusesse as sociedades a situações consideradas, a exemplo da própria urbanização, patológicas — “a história da cidade do século XIX é, como bem observou Lavedan, a história de uma enfermidade” (Mumford, 1961, p.677).

Em sua perspectiva, Mumford condena as situações deploráveis que descreve. É evidente que o cerne da questão não reside na incorreção ou não dessa condenação embebida num certo compadecimento pelos que vivem as situações mais degradantes, numa compaixão com os vitimados por um processo impiedoso. O que importa destacar aqui é que seu ataque às determinações sociais e históricas que as produziram e as reiteraram situa-se num plano moral que não lhe possibilita explicitar e explicar a fundo as relações em que se baseiam, posto que tal plano só lhe permite ver as contradições que as movimentam como irracionalidades. Por isso, Mumford é levado a considerar a “domesticação” do liberalismo mediante, por exemplo, a “socialização dos serviços públicos”, como *conditio sine qua non* para retificar uma ordem que se mostrava cada vez mais vulnerável a manifestações potencialmente disruptivas, desintegradoras da vida social (“a socialização era o preço da segurança”). Nessa *démarche*, em que acaba por legitimar os fundamentos da sociedade que parece rejeitar, não resta ao autor senão concentrar-se nos meios e procedimentos técnicos encontrados e a desenvolver para que as situações manifestas na e pela urbanização que são consideradas anormais sejam submetidas a um estado de coerência e coesão, de uma normalidade isenta de tensões e conflitos como pressuposta pelo “espírito planejador”, nas mãos do qual deveriam ser concentrados os meios da ação histórica. Nesse sentido, o mais importante não reside na condenação feita por Mumford à “arquitetura do *bulldozer*”, que ainda hoje prossegue aplainando as realidades concretas sobre as quais se dirige.⁴ O crucial a reter é o fato de que a recusa mumfordiana aos *modelos de cidades* faltos de observação empírica, que o tornou célebre, deixou de questionar a normalidade pressuposta nos *modelos de urbanização* que o urbanismo moderno desde os seus princípios carrega. Ao contrário, o que se depreende do “planejamento humanista”, supostamente capaz de trazer justiça aos injustiçados, é a sua concordância com a imposição pelo alto, isto é, através do Estado, de padrões e mecanismos de conduta e con-

4 Aqui também Mumford seguia a concepção de Geddes de que “não existe uma cidade-tipo do futuro, mas tantas cidades quantos casos particulares” (Choay, 1965, p.40). Vale observar que tal “arquitetura” não só nivela montanhas e cobre vales, como, ao elaborar planos padronizados para cidades diferentes, atualizou a utilização da planta em grade como modelo para o crescimento das cidades. Esse aspecto importante da produção do espaço urbano em moldes industriais deixou de ser explicitado por Mumford, como por Choay.

trole social dos quais os modelos de vida urbana (a exemplo dos que começaram a ser “racionalmente” concebidos no século XIX, valendo-se da “arte do saneamento ou da higiene pública”) não podem prescindir, tanto para articular estética e funcionalmente os diversos componentes que constituem a realidade urbana, dispondo-os num conjunto que se mostre harmonioso, quanto para assegurar e promover a coerência e a integração social. Dito de outro modo, a abordagem mumfordiana, de caráter instrumental e, no fundo, conservador, não recusa o movimento implicado pelo processo histórico, pelo fazer história. O que ela não admite é que as mudanças se façam fora das referências e determinações que o “bom urbanismo” comporta. *Mutatis mutandis*, trata-se da concepção positivista de progresso controlado pela ordem que, entre nós, frutificou no contexto da instauração e legitimação da República, no qual a modernização das cidades por meio do urbanismo jogou papel de primeira grandeza.

Este texto tem como objetivo precípuo, portanto, tentar aclarar um pouco mais as relações modulares existentes entre urbanismo e política.

O URBANISMO MODERNO COMO PRESENÇA ESTATISTA NO URBANO

Françoise Choay menciona suas divergências com Leonardo Benevolo quanto ao momento em que se pode situar o surgimento do urbanismo moderno propriamente dito, ou, no dizer da autora, daquela prática que passou a ser “apanágio de especialistas”. A seu ver, o urbanismo tal como o conhecemos começa efetivamente com a “despolitização do pensamento relativo ao planejamento urbano” (1965, p.18) característico do chamado grupo dos CIAM — com Le Corbusier à frente —, cujo interesse “deslocou-se das estruturas econômicas e sociais para as estruturas *técnicas e estéticas*” (p.20), e não, como afirma Benevolo, com os “pré-urbanistas” (que na classificação de Choay correspondem aos diferentes tratamentos dispensados à urbanização durante o século XIX), cuja abordagem, segundo a autora, “diz mais respeito a uma teoria das relações sociais que a uma política propriamente dita” (1965, p.18).

O que diz Benevolo? Que o “período entre 1815 e 1848 [em que] os aspectos técnicos e os aspectos políticos da pesquisa urbanística apresentam-se fortemente ligados e quase incorporados entre si ... pertence antes à pré-história do urbanismo moderno” (1963, p.46-7). Entretanto, é sobretudo com Haussmann, que “evita sempre motivar politicamente as suas medidas, apresentando-as como actos técnicos ou administrativos resultantes das necessidades objectivas”, que se “estabelece o protótipo do urbanista como operador especializado, que declina qualquer responsabilidade sobre opções de preconceito, e, portanto, na prática, do urbanista disponível para a nova classe dirigente” (1963, p.138-9).

Não seria incorreto dizer que muitos autores acompanhariam Choay em suas ressalvas a Benevolo por ter considerado as operações haussmannianas afeitas ao urbanismo moderno antes que o mesmo houvesse se constituído como campo de formação e de atuação profissional que, escorado numa suposta neutralidade técnica e científica, procura tomar a urbanização como objeto. Penso, porém, que o mais interessante é o enfoque que toma o urbanismo como *saber político*, correspondendo a uma práxis⁵ que, ao longo da urbanização nascida da industrialização, se cristaliza no contexto da formação de necessidades cuja solução demandava transformações substanciais nas sociedades que vinham ex-

⁵ A exposição da amplitude da noção de práxis, formulada por Hegel e retomada por Marx, foi empreendida por Henri Lefebvre na tentativa de demonstrar que “contém múltiplos elementos sociológicos: uma sociologia das necessidades, dos objetos, do conhecimento, da vida cotidiana e da vida política, etc.” (Lefebvre, 1966, p.25).

6 Para não dar margem a dúvidas, antecipo ao leitor que utilizo a expressão “atuação do Estado na sociedade civil” com o mesmo sentido atribuído à relação sociedade civil-sociedade política por Marx e Engels, ou seja, nas palavras deste último: “... não é o Estado que condiciona e rege a sociedade civil [bürgerliche Gesellschaft], mas é a sociedade civil que [condiciona e rege] o Estado, que, por conseguinte, há que explicar a política e a sua história a partir das relações econômicas e do seu desenvolvimento, e não inversamente” (Engels, 1885, p.199). O sentido a que me refiro, no entanto, não é exatamente perceptível pelo que está explicitado na famosa citação do texto engelsiano. O fundamental a ter em conta é que, tanto na abordagem de Marx e de Engels, quanto na de um marxista que foi para além da obra marxiana nesse ponto (refiro-me a Gramsci), o centro do desenvolvimento histórico reside na sociedade civil e não no Estado. Se as ações aparecem como se fossem orientadas do Estado para a sociedade civil, tal inversão deve ser explicada através das contradições que marcam a sociedade civil.

7 “Pela ordem, promover a liberdade foi um dos slogans de Le Corbusier, que enfatizou que a liberdade e a libertação na metrópole contemporânea dependiam de maneira vital da imposição da ordem racional” (Harvey, 1989, p.39).

perimentando os imperativos da reprodução capitalista da riqueza, mas que só é levado a cabo com efeito quando a realização desta última passa a requerer a atuação crescente e constante do Estado na sociedade civil.⁶ A partir daí, o urbanismo, que desaforada e cinicamente autoproclamar-se-á libertário,⁷ vai aparecer com pretensões a dominar a realidade e a prática urbana submetendo-as à sua ordem. Ou melhor, à ordem que lhe é permitido e designado estipular e guarnecer. Sem esquecer os descompassos existentes entre a apresentação de si próprio e de sua atuação (ao mesmo tempo como arte e ciência, técnica e conhecimento, mas jamais como ideologia) e sua manifestação concreta na urbanização, como salientado por Henri Lefebvre (1970), no que me deterei mais adiante.

O fato, porém, é que, embora venha a esgrimir uma suposta neutralidade técnica e científica, o urbanismo moderno surge comprometido até os ossos com a reprodução da sociedade que o produziu. Considerando que o espaço sempre foi político e estratégico, antes mesmo de Haussmann e suas operações de estripação de Paris, o mais correto seria considerar que o urbanismo moderno tem sido utilizado para operar uma *neutralização* da vida urbana. Se não, vejamos.

Se nos reportarmos aos esboços do urbanismo moderno, tendo em conta seus vínculos com as condições sanitárias e higiênicas prevaletentes nas cidades industriais da primeira metade do século XIX, poderemos observar que se trata de uma verdade parcial considerar (como faz Mumford, no que de certo modo é acompanhado por Benevolo) as terríveis epidemias de cólera que, nos anos 30, atingiram com maior virulência os bairros operários das cidades industriais, como fator decisivo para que as defesas em favor do liberalismo tivessem sido demovidas, uma vez que a totalidade do corpo da cidade encontrava-se ameaçado. À primeira vista, a univocidade dessa relação parece absolutamente verdadeira. O próprio Engels mencionava o medo generalizado que se apoderou da burguesia de Manchester, “que tremeu com a certeza de que cada um destes bairros miseráveis ia constituir um foco de epidemia, a partir do qual esta estenderia seus tentáculos em todos os sentidos para as residências da classe proprietária” (1845, p.78). Não há dúvida de que as repugnantes e insuportáveis condições reinantes nos “bairros de má reputação” — como dizia Engels — favoreceram amplamente a disseminação de epidemias, embora não fossem propriamente as causas delas, como apregoava a “teoria miasmática”, de cujos limites e equívocos Engels evidentemente compartilhava. Entretanto, deve-se ter em mente que aqueles bairros malsãos, caracterizados por ruas sem pavimentação, sem esgotos nem canais de escoamento, semeadas de pestilentos e fétidos charcos estagnados de urina e excrementos em que se acumulavam detritos de toda espécie, conforme a descrição nua e crua de Engels, haviam se transformado num componente do “desenvolvimento espantosamente rápido das cidades industriais” que a cada dia deixava de ser um incômodo à burguesia industrial para transformar-se num perigo de proporções alarmantes, posto que transcendiam as questões epidêmicas. Explico-me.

Desde o século VI, a Europa conviveu com devastadoras epidemias de várias doenças contagiosas, alcunhadas por peste. “Mal enraizado, implacavelmente recorrente, a peste, em razão de seus reaparecimentos repetidos, não podia deixar de criar nas populações um estado de nervosismo e de medo” (Delumeau, 1978, p.108). A dizimação das populações provocada pela peste era de tal ordem que várias representações davam-na como “fogo violento e impetuoso” — conforme a descreveu um religioso português do final do século XVII —, ou então como “tempestade de aflições” enviada por um deus, ele próprio encolerizado — como foi registrado pela iconografia nos séculos XV e XVI (p.113). “O que os artistas queriam também acentuar, ao lado do aspecto punição divina, era a instanta-

neidade do ataque do mal e o fato de que, rico ou pobre, jovem ou velho, ninguém podia vangloriar-se de a ele escapar ...” (p.114).

De fato, quando a irrupção do mal ficava evidente pela quantidade de óbitos que produzia irrefreavelmente, como por ocasião da epidemia de cólera que, em 1832, se abateu inicialmente sobre Paris, para depois alastrar-se a toda Europa, instalava-se o pânico: “A solução sensata era fugir. Sabia-se que a medicina era impotente e que ‘um par de botas’ constituía o mais seguro dos remédios ... Os ricos, é claro, eram os primeiros a fugir, criando assim a apreensão coletiva” (p.119).

Se considerarmos que nos primórdios do século XIX os padrões higiênicos e sanitários europeus não se encontravam muito distantes dos que prevaleceram na época absolutista pós-medieval (que, por sua vez, conforme Mumford, eram ainda piores que os vigentes durante o feudalismo⁸), veremos que doenças de todo tipo representavam, decerto, uma ameaça nada desprezível. Todavia, é importante considerar que estudos, como o de Michel Mollat, demonstraram que, mesmo em plena Idade Média, quando a disseminação de alguma enfermidade chegava ao patamar de promover verdadeiras “punções demográficas”, como ocorreu no século XIV com a chamada Peste Negra, “a peste encontrava nos pobres uma receptividade magnífica”. “A insistência dos cronistas em mostrar ... a vulnerabilidade igual do rico e do pobre é matizada pelos testemunhos da prioridade da indigência” (Mollat, 1978, p.189). No mesmo sentido, convém observar que, durante o século XIX, enquanto a quase totalidade do proletariado de que se nutria a industrialização européia era condenada a viver situações de indigência, desde a década de 30, melhoramentos sanitários significativos já se encontravam ao alcance dos “grupos econômicos médios e superiores”, de acordo com o próprio relato de Mumford (1961, p.592). Se foi naquela época, ao som dos hinos ao progresso mecânico, que o banheiro finalmente penetrou nas habitações (p.493), não se pode dizer que tais cânticos entoaram por todos os cantos e recantos das cidades.

O que não se pode perder de vista é o fato do urbanismo surgir, já em seus prenúncios, inequívoca e umbilicalmente ligado ao Estado moderno e sua racionalidade. Quando Michel Foucault, em suas estimulantes observações sobre o que chamou de *medicalização das cidades*, referia-se às distintas modalidades de socialização da medicina no século XVIII, o que, a meu ver, se observa (embora ele assim não o tenha denominado) é o urbanismo moderno *in statu nascendi*, cuja emergência vincula-se menos àquelas práticas medievais a meio caminho do racionalismo empiricista, desenvolvidas como tentativa de precaução e/ou combate aos surtos epidêmicos que periodicamente se abatiam sobre as cidades,⁹ e mais àqueles “esquemas político-médicos”, como o cordão sanitário e a quarentena, que já envolviam técnicas de vigilância e controle da população citadina. Embora as observações referentes ao Estado moderno não tenham ocupado o centro das análises e reflexões foucaultianas sobre o poder, seu estudo permite reconhecer as nítidas dimensões políticas contidas num campo de conhecimento como a higiene pública, delineado no século XVIII através do aperfeiçoamento daqueles esquemas, correspondendo à atuação do Estado na vida social por meio da urbanização. A “medicalização autoritária”, informada pelas referidas técnicas de vigilância e controle, permitia ao Estado dispor de um domínio mais efetivo sobre a população pobre, uma vez que a possibilidade de intervenção nos locais insalubres e das verificações relativas à vacinação tornada obrigatória, por exemplo, levavam o olhar e o olfato vigilantes da ordem até o interior das casas. O que suscitou resistências, como mencionou Foucault, pois, no final das contas, tratava-se de um conhecimento consagrado ao “controle da saúde e do corpo das classes mais po-

8 “Com toda a sua luxuriante exibição, a cidade barroca não suportará uma inspeção rigorosa em matéria de padrões higiênicos e sanitários: a cidade medieval típica era mais salubre” (Mumford, 1961, p.492).

9 Além de algumas referências feitas pelo próprio Foucault (1979, especialmente o capítulo V, sobre o nascimento da medicina social), podem-se encontrar vários exemplos a respeito das práticas medievais antipestilentas no livro de Jean Delumeau, como, por exemplo, “quando se aspergia com vinagre cartas e moedas, quando se acendiam fogueiras purificadoras nas encruzilhadas de uma cidade contaminada, quando se desinfetavam indivíduos, roupas velhas e casas por meio de perfumes violentos e de enxofre, quando se saía para a rua em período de contágio com uma máscara em forma de cabeça de pássaro cujo bico era enchido com substâncias odoríferas” (Delumeau, 1978, p.110).

bres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas” (1979, p.97). Ademais, as referências daquele filósofo, particularmente ao que chamou de *medicina urbana francesa*, também indicam os primórdios da transformação das estratégias burguesas de segregação espacial para além da que o funcionamento do chamado *mercado imobiliário* provocava, haja vista que as sublevações na Paris dos anos 30 do século subsequente haviam assumido expressão significativa e preocupante. Sendo assim, aquilo que no século XVIII aparecia nalgumas cidades francesas como estipulação da localização ideal de cemitérios, matadouros, das fontes de abastecimento de água e da disposição de esgotos, deveria dar lugar, especialmente na capital, a uma segregação espacial mais sofisticada, não induzida apenas pelos automatismos do mercado, posto que “a coabitação em um mesmo tecido urbano de pobres e ricos foi considerada um perigo sanitário e político para a cidade, o que ocasionou a organização de bairros pobres e ricos, de habitações ricas e pobres” (Foucault, 1979, p.94). Sem rodeios: para sua segurança política e sanitária, tornava-se imprescindível à burguesia francesa controlar as cidades.

Situação similar fora vivida também pela burguesia inglesa. Embora a nítida dimensão do “perigo político” representado pelas sublevações populares não se tenha exprimido tal como do outro lado do Canal da Mancha, também os liberais ingleses sabiam bastante bem que a “disposição hipócrita” dos bairros das cidades industriais a que Engels se referia¹⁰ não era suficiente, por si só, para controlar as implicações políticas do processo de transformações viscerais na urbanização provocado pela industrialização. Basta considerar que os inúmeros inquéritos e pesquisas acerca das condições higiênicas e sanitárias em que vivia a maioria da classe trabalhadora inglesa, na primeira metade do século XIX, serviam para consubstanciar várias exigências políticas da burguesia inglesa liberal, que, por sua vez, se traduziam em leis “mais ou menos incisivamente interventoras” (Engels, 1872, p.352), como a fixação de regulamentos e normas para a construção e manutenção de casas populares. Todavia, antes mesmo do final daquele século, tornou-se imprescindível à burguesia inglesa ampliar o alcance desse saber que se encontrava no patamar da intervenção pontual, desdobrando-o “num verdadeiro projeto ‘urbanístico’”, cujos propósitos, declarados sem rebuscos pelos ideólogos conservadores (e a seguir citados), compunham o que Riccardo Mariani denominou de “convite explícito à práxis racional” (1986, p.40).

A velha aristocracia inglesa aceita com clarividência as condições da democracia, tendo visto chegar de longe essa maré crescente. Hesitou por um tempo, crendo que a onda fosse inevitável; depois, quando de todas as partes seus vigias repetiram o mesmo sinal, tomou partido. Estou convencido de que a democracia é em qualquer lugar um fato irresistível, e que nenhum dique pode deter essa corrente. Estou também convencido de que, sem um partido conservador, qualquer que seja o nome que se lhe dê, o governo será atirado para a anarquia ... Os partidos extremistas podem, apelando para a fantasia, agitar a massa. Um partido verdadeiramente conservador não possui outras armas a não ser a razão. Assim deve assegurar uma clientela, não com as palavras, que, mesmo sinceras, não podem tornar-se sedutoras, mas com atos ...

Sob qualquer aspecto que se examine, sente-se que o problema do alojamento é o nó da questão social. Da solução que lhe for dada, depende a existência da família; do espaço e das divisões em cômodos destinados aos diferentes sexos, depende a moralidade. Tirem uma família do quarto insalubre, onde ela vegeta amontoada, sem ar, quase sem luz ... e coloquem-na em uma das casas com três cômodos ... que mostram um modelo, e vocês verão uma metamorfose instantânea. Tudo voltará ao seu lugar, primeiro as coisas, depois as pessoas e, por fim, as idéias ... Voltem no ano seguinte, à noite, quando o trabalho na fábrica terminou, e

10 Em seu retrato sem retoques das cidades industriais inglesas, Engels afirmava que a “disposição hipócrita” dos bairros (não raro sob o manto do cinismo e da caridade) que em lugar de “um plano preciso ou regulamentos de polícia” governava a construção de cidades gigantescas, como Manchester, “que brotaram, como que por encanto, do solo”, permitia aos “ricos aristocratas da finança atravessar os bairros operários pelo caminho mais curto, em direção aos seus escritórios no centro da cidade, sem sequer notar que estão ladeados, à direita e à esquerda, pela mais sórdida miséria” (Engels, 1845, p. 57 et seq.).

encontrarão o operário transformado em jardineiro que cultiva a terra e que dedica ao seu jardim as horas antes dedicadas ao cabaré ...

Assim, tudo se dirige para um mesmo objetivo: elevar a moralidade da família, ocupar cada um de seus membros, distraí-lo, criar interesses diferentes para cada um deles e, assim, distanciá-los dos prazeres corruptores. (Picot, *Un devoir social et les logements d'ouvriers*, apud Mariani, 1986, p. 37-41)

Em verdade, o que realmente inquietava o “mundo burguês” — do qual o lar, onde “podiam os problemas e contradições daquela sociedade ser esquecidos e artificialmente eliminados”, era a quintessência (Hobsbawm, 1982, p.241) —, naquela primeira metade do século XIX, não concernia estritamente à possibilidade de que seu mundo de fantasiosa harmonia fosse devassado por algum tipo de moléstia. Além dos odores fétidos exalados dos bairros operários, outras emanções, que não apenas as pútridas miasmáticas, já haviam chegado ao olfato suficientemente apurado das burguesias de então. As inquietações e temores burgueses diante da invasão pestilencial das cidades falaram mais alto que as devoções ao liberalismo, porque uma série de tensões sociais, algumas das quais já se traduzindo em revoltas populares de inegável alcance político, se fazia a braços com a disseminação não só das epidemias, mas da “miséria”. O que Engels descreveu (e aqui é forçoso observar que Benevolo situou bastante bem a questão) foi a conformação de “situações-limite” diferentes das que, poucas décadas antes dele, foram vistas por outros autores.

De facto, a diferença não reside nas coisas descritas, mas no tom das descrições: triste e resignado na época pré-industrial, e agora carregado de revolta e iluminado, não obstante a grande miséria do presente, pela confiança num futuro melhor.

A pobreza — condição suportada há séculos sem esperança de alternativas razoáveis — é agora reconhecida como “miséria”, quer dizer, é vista na perspectiva moderna de um mal que pode e deve ser eliminado com os meios à disposição.

A. Bevan escreve: “Por miséria entendo uma consciência geral de privações não necessárias — e esta é a condição normal de milhões de pessoas na moderna cidade industrial — unida a um profundo sentimento de desilusão e de insatisfação pela situação local actual. De nada serve replicar que as coisas sempre estão melhor que outrora. As pessoas vivem no presente, não no passado. O descontentamento nasce do contraste entre aquilo que se sabe ser possível e o que efectivamente existe. Há a universal e justificada convicção de que a grande massa de homens e mulheres se encontra pior do que poderia estar”.

Convém portanto buscar as origens do urbanismo moderno na época em que as situações de facto se concretizaram em medida suficiente para provocar não somente mal-estar, mas também o protesto das pessoas nelas envolvidas ... (1963, p.44)

Tendo em vista, portanto, que os “males da cidade industrial” não eram (e não são) tão-somente de natureza sanitária, o urbanismo moderno surge, nas palavras de Mariani, como “uma espécie de bandeira comum a todo país industrializado, com consideráveis problemas sociais ... Onde quer que se manifestem preocupações sobre o desenvolvimento futuro da sociedade industrial, a terapia preconizada é sempre a mesma, sobretudo porque o mal apresentado é sempre o mesmo: a revolução social” (1986, p.41).

Não obstante, como é sobejamente conhecido, essa bandeira já vinha sendo empunhada, ainda um tanto desajeitadamente, há um certo tempo. Num conhecidíssimo con-

11 Numa das várias citações feitas por Engels lê-se o seguinte: “Todas as forças secretas que inflamam o vulcão chamado questão social e que arde debaixo dos nossos pés, o azedume do proletariado, o ódio... as perigosas confusões de idéias... necessariamente se dissiparão como a névoa diante do sol matinal quando... os próprios operários passarem, por essa via, para a classe dos possuidores” (Sax, *As condições de habitação das classes trabalhadoras e a sua reforma*, apud Engels, 1872, p.360).

12 Concordando-se ou não com tais considerações de Benevolo, deve-se reconhecer que elas se encontram num patamar diferente das observações de Mumford, citadas anteriormente, que procurou dar a entender que, para Engels, “o problema acabaria por ser resolvido pelo proletariado, por meio de uma tomada revolucionária dos cômodos bairros habitados pela burguesia”.

junto de textos, Engels embateu-se duramente contra o que denominava de “literatura burguesa sobre a saúde pública e a questão da habitação”, da qual a obra de Emil Sax, de 1869, constituía, segundo ele, um “extracto aguado”.¹¹ A repulsa de Engels é tanto mais forte quanto se percebe, através do seu relato, que essa bandeira havia sido tomada, e desfigurada, das mãos daqueles que inicialmente a tinham desfraldado, mais precisamente, dos chamados socialistas utópicos que, já em seu tempo, tinham compreendido que “a solução da questão da habitação não soluciona simultaneamente a questão social, mas só através da solução da questão social, i. e., da abolição do modo de produção capitalista, se torna simultaneamente possível a solução da questão da habitação” (Engels, 1872, p.361). A contundência das afirmações de Engels chegou a levar alguns pesquisadores a imaginarem que, enfocando a chamada questão da habitação, e, por conseguinte, a questão urbana, estariam se distanciando das questões principais, supostamente restritas às relações de produção propriamente ditas. Outros, como Leonardo Benevolo, afirmaram que

... este raciocínio basta a Engels para refutar, sem mais achegas, as experiências de construção até então realizadas, ou antes, para renunciar a discuti-las. Ele apresenta a contradição entre o objectivo humanitário — melhorar as condições de vida dos trabalhadores — e a tendência capitalista para manter baixa estas condições, para reduzir o custo da mão-de-obra, apenas como uma mistificação a denunciar, quando se trata de um conflito repetidamente emergente das experiências concretas, que pôs em movimento uma complexa cadeia de acções e reacções. Deste modo, renuncia a contrapor um programa urbanístico alternativo à ilusão ou ao calculismo da burguesia reformadora ... em vez disso, Engels prefere considerar o futuro ordenamento urbano como uma simples consequência da revolução econômica para que deve tender o movimento operário, e absorver a questão da habitação, sem resíduos, na questão social. (Benevolo, 1963, p.148-50)¹²

De fato, não apenas Engels, como o próprio Marx, chegaram a considerar, em diversas ocasiões, o fim iminente da reprodução da sociedade capitalista e, com ele, as estratégias urbanas correspondentes. Compreende-se que a preocupação mais detalhada com a relação entre estas últimas e a (re)produção social tenha sido relegada por ambos menos em função de tal vínculo encontrar-se, à época, pouco pronunciado, mas sobretudo pela consideração de que, especialmente antes de 1848, ambos viam o desenlace dessa forma de sociedade como uma certeza não só inexorável, como demasiadamente próxima. No *Manifesto*, entre outras obras (*Na situação da classe trabalhadora na Inglaterra* Engels estava convicto de que os umbrais desse momento de ruptura logo iriam ser transpostos), encontram-se fartos testemunhos dessa interpretação que, não se pode esquecer, estava diretamente referida às condições concretas em que as principais sociedades erguidas através da industrialização e por ela arrastadas — Inglaterra à frente — se encontravam, enredando-se cada vez mais em crises avassaladoras que transbordavam do nível econômico para alcançar o conjunto social, crescentemente cindido entre burguesia e proletariado, que, por sua vez, como ambos proclamaram numa célebre mas nem sempre bem compreendida frase referente à natureza da ação negativo-criativa do sujeito histórico, nada tem a perder, e, sim, um mundo a ganhar (Engels & Marx, 1848, p.136). A irrupção da “primavera dos povos” logo depois, com “a derrubada virtualmente simultânea de velhos regimes da Europa continental a oeste dos impérios russo e turco, de Copenhague a Palermo, de Brasov a Barcelona” (Hobsbawm, 1982, p.22), pareceu não só lhes dar razão, como, pela amplitude e complexidade das realidades nacionais envolvidas, teria

quicá indicado um eventual subdimensionamento do potencial revolucionário. No entanto, para o que interessa discutir aqui, essa equivocada certeza quanto à iminência da realização efetiva das necessárias transformações sociais teve sua solidez abalada depois do “fim da primavera”. O mais importante, creio, é ter em mente o que se passou naquele desfecho, naquele inacabamento, digamos assim, e o que dele resultou.

Em *O dezoito de brumário de Louis Bonaparte*, Marx (1869) realizou preciosas análises a respeito da complexidade do processo histórico que justamente naquela metade do século XIX passava a se desenvolver nitidamente de modo desigual, isto é, ao contrário do que sugere a noção ideológica de progresso (ainda hoje compartilhada amplamente pela maioria dos intelectuais), a ação econômica da burguesia, assegurada e impulsionada pelo Estado, não produz inexoravelmente o desenvolvimento da sociedade nos seus mais diferentes níveis e âmbitos. À medida que lemos aquelas páginas, a abordagem marxiana vai nos conduzindo à precipitação de acontecimentos que acabou por desembocar numa “dominação desavergonhadamente simples” do Estado sobre a sociedade, cuja culminação não poderia ser outra senão o *coup d'état*, a certidão de nascimento do Segundo Império bonapartista, saudado pela burguesia industrial, bem como pela aristocracia financeira, como vitória da ordem. Entretanto, se prestarmos atenção à densa exposição explicativa dos acontecimentos feita por Marx, veremos que a partir desse ponto começam a surgir referências, que chegam a ser desconcertantes, ao aperfeiçoamento e fortalecimento “da máquina de Estado”, manifesta, por exemplo, por uma “enorme burocracia, bem galonada e bem cevada”:

A primeira Revolução Francesa, com a sua tarefa de quebrar todos os poderes particulares locais, territoriais, municipais e provinciais, para criar a unidade burguesa [bürgerliche] da nação, tinha de desenvolver aquilo que a monarquia absoluta havia iniciado: a centralização, mas ao mesmo tempo a extensão, os atributos e os servidores do poder do governo. Napoleão aperfeiçoou esta máquina de Estado. A monarquia legítima e a monarquia de julho nada mais acrescentaram senão uma maior divisão do trabalho, que crescia à medida que a divisão do trabalho dentro da sociedade burguesa criava novos grupos de interesses, e portanto novo material para a administração do Estado. *Cada interesse comum [gemeinsame] destacava-se imediatamente da sociedade, contrapunha-se a esta como interesse superior, geral [allgemeines], subtrai-se à actividade própria dos membros da sociedade e convertia-se em objecto da actividade do governo*, desde a ponte, a escola e os bens comunais de um município rural até aos caminhos-de-ferro, à riqueza nacional e às universidades de França. Finalmente, a república parlamentar, na sua luta contra a Revolução, viu-se obrigada a fortalecer, juntamente com as medidas repressivas, os meios e a centralização do poder do governo. *Todas as revoluções aperfeiçoavam esta máquina, em vez de a destruir. Os partidos que lutavam alternadamente pela dominação, consideravam a tomada de posse deste imenso edifício do Estado como a presa principal do vencedor.*

Mas sob a monarquia absoluta, durante a primeira revolução, sob Napoleão, a burocracia era apenas o meio para preparar a dominação de classe da burguesia. Sob a restauração, sob Louis-Philippe, sob a república parlamentar, era o instrumento da classe dominante, por muito que também aspirasse a um poder próprio.

Somente sob o segundo Bonaparte *parece ter-se o Estado autonomizado completamente.* (Marx, 1869, p. 501-2)¹³

É a esse momento que correspondem os *grands travaux* de Georges-Eugène Haussmann. Escorada de início na legislação sobre a expropriação originária do combate às epi-

13 As ênfases e os colchetes são de Marx, os grifos meus. Num outro texto, escrito mais de vinte anos depois, Marx acrescentaria o seguinte a respeito daquele movimento do final dos anos 40 e início dos 50: “Na realidade, era a única forma de governo possível num tempo em que a burguesia já tinha perdido a faculdade de governar a nação e a classe operária ainda a não tinha adquirido. Foi aclamado através do mundo como o salvador da sociedade. Sob o seu domínio, a sociedade burguesa, liberta de cuidados políticos, atingiu um desenvolvimento inesperado, até para ela própria” (Marx, 1871, p.239).

demias de cólera que foi devidamente ampliada ainda durante a república parlamentar (Benevolo, 1963, p.108-9), a abertura da rede de bulevares pelo preposto de Napoleão desventrou a velha Paris. Entretanto, os sentidos e finalidades contidos no ato bonapartista-haussmanniano não se resumem à mera ação repressiva. Sendo assim, não posso mais adiar a pergunta: o que de fato se anunciou na metade do século XIX através desse processo farto e exaustivamente citado por inúmeros autores?

Marx chegou a caracterizá-lo como um ato de vandalismo que arrasara a Paris histórica “para dar lugar à Paris do visitante” (1871, p.260). Apesar de embebida em nostalgia, essa observação nada tem de casual.

De fato, quando Marshall Berman afirma que o empreendimento haussmanniano “franqueou toda a cidade, pela primeira vez em sua história, à totalidade dos seus habitantes” (1982, p.146), o leitor de seu admirável *Tudo que é sólido desmancha no ar* só compreende que tal abertura significou ao mesmo tempo o fechamento da cidade para o morador, que não poderia conviver com uma realidade urbana devotada ao espetáculo, quando se encontra em meio às citações das não menos instigantes observações baudelairianas sobre as transformações de Paris provocadas pelo urbanismo haussmanniano, cuja amplitude, ademais, é fundamental, como indicou o próprio Berman, para compreender por que “por volta de 1880, os padrões de Haussmann foram universalmente aclamados como o verdadeiro modelo do urbanismo moderno [e] como tal, logo passou a ser reproduzido em cidades de crescimento emergente, em todas as partes do mundo, de Santiago a Saigon” (p.147). Convém lembrar, aliás, que a disseminação do “método Haussmann”,¹⁴ para além de Paris, encontra-se claramente referida no estudo de Engels sobre a manifestação da problemática urbana através da questão da habitação.

David Harvey (1989), por sua vez, a ele se refere para mencionar a “destruição criativa” intrínseca à modernidade, como apontado por Marx e Engels no *Manifesto* e depois retomado pelo próprio Berman. Este, movendo-se entre Charles Baudelaire e Walter Benjamin, revisita os bulevares transformados em alcovas e, ao se deter nas consequências do novo “sistema circulatório urbano” concebido por Napoleão III e seu preposto, sentencia: o turbilhão do tráfego da cidade moderna “faz do bulevar um perfeito símbolo das contradições interiores do capitalismo: racionalidade em cada unidade capitalista individualizada, que conduz à irracionalidade anárquica do sistema social que mantém agregadas todas essas unidades” (Berman, 1982, p.153-4).

Porém, foi Henri Lefebvre quem viu melhor e mais longe esse processo, observando suas múltiplas e numerosas implicações ao situá-lo exatamente no contexto indicado e pouco desenvolvido por Marx, qual seja, o da “autonomização do Estado”.

...E O CARÁTER ANTIDEMOCRÁTICO DA ECONOMIA POLÍTICA DO ESPAÇO

Ao contrário do que a leitura de Berman sobre a abertura dos bulevares parisienses sugere, isto é, de entendê-los (com as contradições que implicam) como “sistema circulatório urbano”, Lefebvre observou que tal produção do espaço, através da abertura de espaços imensos, largas avenidas e amplas praças abertas ao espetacular, obedeceu em verdade a uma prática correspondente à racionalidade do Estado — retomando assim uma longa tradição que vem desde Roma — que, notadamente a partir de Haussmann, instaura o vazio para cumprir a estratégia da classe dominante no que concerne à urbanização. Incapaz

14 “Por ‘Haussmann’ entendo não apenas a maneira especificamente bonapartista do Haussmann parisiense de abrir ruas compridas, direitas e largas pelo meio dos apertados bairros operários e de guarnecê-las de ambos os lados com grandes edifícios de luxo, com o que se pretendia não só atingir a finalidade estratégica de dificultar a luta nas barricadas mas também formar um proletariado da construção civil especificamente bonapartista e dependente do governo ... Por ‘Haussmann’ entendo também a prática generalizada de abrir brechas nos bairros operários, especialmente nos de localização central nas nossas grandes cidades, quer essa prática seja seguida por considerações de saúde pública e de embelezamento ou devido à procura de grandes áreas comerciais centralmente localizadas ou por necessidades do trânsito, tais como vias férreas, ruas, etc. O resultado é em toda a parte o mesmo, por mais diverso que seja o pretexto: as vielas e becos mais escandalosos desaparecem ante grande autoglorificação da burguesia por esse êxito imediato mas... ressuscitam logo de novo em qualquer lugar e freqüentemente na vizinhança imediata.” (Engels, 1872, p.379-80).

de tolerar o *Outro* como sujeito histórico (no sentido atribuído por Marx e Engels, ao qual aludi anteriormente), a burguesia, “liberta de cuidados políticos”, confere alguns poderes à burocracia e lhe delega a desintegração da cidade histórica, que não é feita sem o recurso à violência aberta. Simultaneamente, então, com a expulsão para as periferias dos que eram considerados incômodos (ou, antes, perigosos), impõe-se o despovoamento e o aburguesamento do centro da cidade. “Mais tarde, se agradecerá a Haussmann por ter aberto Paris à circulação” (Lefebvre, 1968, p.24). As oposições instauradas, das quais a mais emblemática será a que desde então se estabelece entre centro e periferias, rapidamente são percebidas, passando a fazer parte da imagem da cidade (tendendo para o conhecimento da *problemática urbana* que desde então se anuncia, como dizia Lefebvre).¹⁵

Na exposição do conjunto de oposições, pela qual se manifesta o processo de desintegração-integração da cidade, destaca-se, como Berman bem salientou, Baudelaire. É interessante observar como, a meio caminho do conhecimento científico, o poeta pôs em questão a perda da vida urbana pelo morador lançado às periferias. A presença da família em andrajos que sai dos escombros da demolição dos velhos bairros parisienses para fazer sombra às luzes da cidade é emblemática por expor, às escâncaras, uma série de oposições denunciadoras dessa perda. Resignada diante do fosso existente entre ela e o casal (o visitante, diria Marx) que ocupa um dos “cafés deslumbrantes”, a família de olhos, com sua presença maltrapilha, denuncia que o urbanismo impiedoso do barão operou uma privatização do espaço através da abertura privilegiada da cidade para o consumidor, o usuário, esse personagem tão proeminente nos dias atuais. Ou seja, o morador, que fora enxotado da cidade, depara agora com um espaço urbano previamente concebido segundo estratégias contrapostas à prática urbana precedente, bastante referida ao feudalismo ainda pouco alterada, nesse aspecto, pelo capitalismo.

Correspondente a interesses solidários (o que não significa coincidentes), como os da própria burguesia e os próprios da burocracia (que aspirava a um poder seu, segundo Marx), da qual o próprio Haussmann é representante arquetípico, o urbanismo concebe a realidade urbana “ideal” e a impõe à prática urbana. Ao fim e ao cabo, com e através de tal produção do espaço, o longo e vasto processo de dissolução dos traços pré-capitalistas das cidades (parte importante do processo a que Marx denominou de *acumulação primitiva* e no qual não se deteve), operado em princípio pela corrosão das relações sociais pré-modernas em que a industrialização propriamente dita se abrigou e desenvolveu (com a constituição e desenvolvimento dos diversos mercados: de capitais, de matérias-primas, de força de trabalho, de produtos, de lotes da cidade...), passa a ser radicalizado, isto é, levado para além do ponto que os automatismos do mercado haviam logrado. Noutros termos ainda: a produção do espaço que se anuncia exemplarmente, através e a partir do urbanismo haussmanniano, não se define e, portanto, não pode ser compreendida apenas como desdobramento da acumulação de capital centrada na industrialização. A urbanização perde o caráter de processo diretamente induzido pelos processos produtivos comandados pelo capital no momento em que o urbanismo moderno começa triunfalmente sua carreira. Em decorrência, abordagens como a engelsiana, fortemente alicerçadas na unilateralidade dessa relação, deixam de ser suficientes.

Não obstante, uma característica importante desse processo de desintegração-integração de relações sociais não comprometidas visceralmente com as exigências da reprodução capitalista é a de não se fazer apenas através do recurso à violência desabrida. Se a imposição do mundo das mercadorias onde ele não se manifesta ou existe plenamente permite descortinar a brutalidade que a acompanha, como foi exposto por Marx em suas

15 Cf. Lefebvre, 1970, especialmente o capítulo 5 “Mitos do urbano e ideologias”.

16 As melhores referências a esse respeito podem ser encontradas na extensa obra de José de Souza Martins (1997).

17 A citação é de Vergopoulos (1974, p.46). A expressão “corja não proletarizada”, segundo o autor, encontra-se em Michel Foucault.

18 Embora a reformulação da noção de política proposta por Jacques Rancière (1996) seja por demais interessante, a contribuição lefebvriana mostra-se, para o que me interessa discutir aqui, mais consistente, por isso preferi utilizar a terminologia empregada pelo autor sem confrontá-la com as recentes observações rancierianas.

análises sobre a chamada *acumulação primitiva*, ao se referir à desapiedada “limpeza” das terras comunais inglesas feita com o inestimável auxílio de grotesco terrorismo que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura (Marx, 1867, p.828-82) — processo que, ademais, exibe toda sua força ainda hoje em países como o Brasil, particularmente naquelas regiões que se encontram em situação de fronteira¹⁶ —, é preciso observar também que a “corja não proletarizada” existe e se desenvolve sempre, pois “é o sistema que engendra seus próprios resíduos sociais e que se esforça, em seguida, para neutralizá-los, recuperá-los ou mesmo liquidá-los.”¹⁷ O que se faz acompanhar do apelo a outras formas de violência, não propriamente abertas.

Nesse sentido, o centro da discussão reside menos na identificação a respeito do momento em que o urbanismo moderno passa a atuar na cena das transformações das cidades. Não estou dizendo que tal tarefa seja desimportante, mesmo porque não se o compreende descontextualizadamente. O que se deve, a meu ver, é levar às últimas consequências os significados intrínsecos à entrada em cena, no processo de transformações das cidades, do “protótipo do urbanista como operador especializado”, como indicado (e não desenvolvido) por Benevolo. O papel desempenhado pelo urbanismo moderno, seu alcance e seus (des)caminhos, permanece incompletamente compreendido caso o foco da discussão se restrinja a lançar luz na “fundação” do urbanismo tal como o conhecemos, se por aquele, ou se pelo pensamento urbanístico supostamente “despolitizado” de que fala Choay. Noutras palavras, é imprescindível, para ir além e avançar na discussão, considerar que sua irrupção pertence a um processo de maior envergadura, que se explicita com a consolidação do Estado moderno, ao qual Lefebvre denominou de produção política (1977, p.87-156).¹⁸

Tal produção política poderia ser sumariada pela inversão que engendra e se esforça em sustentar, ou seja, se é correto que na formulação hegeliana a burocracia encarnaria a racionalidade inerente à sociedade civil transposta e aperfeiçoada no topo do edifício político, diferentemente do que Hegel supunha e postulava, a sociedade civil, longe de se ver coroada pela sociedade política erigida ao nível do Estado, se vê em verdade expropriada das iniciativas e poderes que lhe cabem e correspondem. O que, porém, não explica como tal inversão se estabelece.

Em suas considerações sobre esse processo, Lefebvre observou que as ações do Estado não se exprimem imediatamente ligadas às necessidades sociais, o que, por conseguinte, as distancia da atividade criadora. O que Hegel já havia antevisto, e consagrado, ao aceitar. Reconhecer, no entanto, aquele corpo de especialistas bem cevado e galonado de que falava Marx como mediação entre o Estado e a sociedade civil é apenas parte da questão, ou melhor, não o coloca em questão. Embora representado pela filosofia clássica — que culmina com Hegel — como condensação da racionalidade existente na sociedade civil, a rigor, na realidade concreta, a burocracia como grupo social informa o Estado, de que é parte integrante, a partir das representações que faz do conjunto da sociedade. O que evidentemente inclui a consciência de si própria e de suas atividades: de sua importância, de sua justificativa, de sua eficácia, de sua racionalidade. “O que a racionalidade estatal não suporta é o não conforme à sua forma, a diferença externa” (Lefebvre, 1975, p.93).

Nesse sentido, é a representação (distorcida em relação ao esquema hegeliano) de que as contradições específicas da sociedade civil constituem irracionalidades em oposição à racionalidade do saber, da idéia, numa palavra, do Estado, que acaba prevalecendo para justificar e legitimar sua existência e atuação. Não é por acaso que a urbanização bra-

sileira sempre aparece para o Estado como algo errático, caótico, desordenado, no limite, como irracional. É absolutamente fundamental observar que tal representação opera como poderosa argamassa na pavimentação do caminho para que o social passe a ser definido, *d'en haut*, pelo político, não raro contraposto àquele. Nesse processo, em que o Estado passa a arrebatar para si a prerrogativa da *vita activa* com a qual a modernidade emergiu e se legitimou historicamente, o saber político detido pelo corpo de especialistas a seu serviço consiste em meio imprescindível à atuação do Estado moderno. Em verdade, o saber político integra o que Lefebvre denominou por acumulação política, isto é, a acumulação dos meios pelos quais a sociedade política, produzida pela sociedade civil (não se pode esquecer), nela atua, engendrando relações sociais fortemente vinculadas à reprodução social.¹⁹ Por conseguinte, aspecto crucial da acumulação do capital.

Crucial, pois apesar do saber político, cujo desenvolvimento se funda na divisão social do trabalho entre “a ação criadora (sobre as coisas por meio de instrumentos materiais) e a ação sobre os seres humanos por meio de instrumentos não materiais” (Lefebvre, 1966, p.48), referir-se ao fornecimento de sentidos e finalidades à vida social relativamente distanciado do prático-sensível, da atividade criadora estimulada pelas necessidades dele advindas, as representações formuladas através do saber político nada têm de transcendentais. Elas são formadas a partir dos elementos existentes na sociedade, embora não lhes correspondam fielmente, não sejam meros reflexos. Ao passo que o vínculo concreto com o prático-sensível é fundamental ao conhecimento do processo histórico, à busca do homem de dominar e se apropriar de sua humanização, o saber político “difere do conhecimento pelo coeficiente de ideologia que nele se reúne” (Lefebvre, 1977, p.144). Formulação que remete às relações que as ideologias mantêm com a prática social.

As formas da consciência social, como há tempos já foi demonstrado, não possuem história por si mesmas, independentemente da história concreta. Esse fato, em consequência, as torna incompreensíveis fora das relações materiais da vida em que se enraízam, “cuja totalidade Hegel ... resume sob o nome de ‘sociedade civil’” ressaltando-se, como observou Marx, que sua anatomia “se teria de procurar, porém, na economia política” (1857, p.530). “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência” (p.531). A partir dessa célebre frase, resumindo a crítica marxiana à inversão de Hegel na explicação da História, pode-se dar um passo além no estudo das ideologias, qual seja, o de considerá-las não apenas como produtos resultantes da realidade social, pois, enquanto representações dela advindas, as ideologias também se inscrevem na consciência social, funcionando como mediação entre esta e a prática social. Ou seja, se é correto que as práxis produzem representações, estas não se separam daquelas, pois ao se impregnarem na consciência social as representações também operam nas diferentes práticas sociais, sendo nelas reinvestidas à medida que servem para legitimar, condenar, pôr sob suspeição, redirecionar, em suma, atuar na (re)produção social, na história concreta dos embates entre as diferentes classes e frações de classes sociais para conferir sentido e orientação ao fazer História. Ao nos referirmos às ideologias como formas de pensamento, estamos tratando também de formas de ação. Assim, “... a análise das ideologias cabe no estudo das formas que impõem uma certa ordem — relativa, precária, freqüentemente posta em questão — aos elementos constitutivos de uma sociedade de classes” (Lefebvre, 1966, p.86). É exatamente aí que se encontra, então, a relação com o saber político, como o urbanismo.

19 “Esse processo pode ser considerado como *produção política*, pois essas relações tendem a se reproduzir assegurando a recondução geral das relações sociais de produção e de dominação. Um não impede a outra. O Estado reconduz as relações (sociais) de produção por diversos meios: a repressão, a hierarquização, a produção de um espaço apropriado (politicamente), a consolidação das camadas médias; numa palavra, pela gestão de todos os aspectos da sociedade” (Lefebvre, 1977, p.151, ênfase do autor, grifo meu).

20 Refiro-me aos termos organização e institucionalização na acepção que lhes foi atribuída por Henri Lefebvre, a saber: “Uma necessidade social determinada engendra uma organização. Quando a organização suscita um interesse político, é transformada em instituição. O movimento que cria organizações vai de baixo para cima. A institucionalização vai de cima para baixo. Ela comporta seja a intervenção, seja o estabelecimento de uma autoridade específica ... Houve escolas e médicos antes da institucionalização do ensino e da saúde pública. Houve fontes e poços antes do serviço das águas, e assim por diante” (Lefebvre, 1977, p.140, ênfases do autor).

21 Isso tanto é verdadeiro que o próprio Haussmann defrontou-se com contradições específicas da produção política do espaço, como se pode verificar através de seu embate com outros setores do Estado bonapartista a respeito da destinação a ser dada às propriedades imobiliárias privadas remanescentes da desapropriação estatista e, na sequência, valorizadas pelo próprio urbanismo. Advogando em favor da detenção pelo Estado (“a cidade”, segundo ele) das áreas desapropriadas, mas não utilizadas, Haussmann acabou derrotado pelo Conselho de Estado que deliberou pela restituição de tais áreas aos antigos proprietários. Nas palavras do próprio barão: “Assegurava-se assim ao expropriado, gratuitamente, o benefício da mais-valia adquirida pelo terreno, tornando apto para uma utilização proveitosa, graças à cidade, fronteira a uma rua larga e bela; e a cidade via-se privada da oportunidade de refazer-se em certa medida das fortes despesas suportadas por sua iniciativa, revendendo os terrenos a preço vantajoso” (Haussmann, *Mémoires*, apud Benevolo, 1963, p.141).

Ora, o pensamento urbanístico vincula-se originalmente à necessidade social de organização do espaço, mas, uma vez que sua ascensão no mundo moderno tem a ver com os interesses políticos das classes dominantes em dispor sobre tal necessidade, é já do processo de institucionalização do espaço que se trata.²⁰ Logo nos primeiros passos de sua carreira como saber político, o urbanismo convive com representações científicas (as resultantes do conhecimento das condições sanitárias e higiénicas das cidades industriais, por exemplo) amalgamadas às ideológicas, que nele operam privilegiadamente para sustentar a fixação de normas e regulamentos de toda espécie devotados a controlar e combater os “males” da industrialização, por exemplo, através da segregação espacial. Entretanto, sua ação se amplia consideravelmente para além da disposição do espaço restrita aos pressupostos de vigilância e controle a partir do momento em que as exigências de incorporação efetiva do espaço ao mundo das mercadorias, às tramas reprodutivas do capital, passam a se fazer crescentes. A partir de então, a abertura da urbanização aos investimentos de capital, e, portanto, à acumulação capitalista e suas estratégias específicas, passa a ser feita numa escala muito mais vasta que a da construção das habitações em que se apinhava o proletariado inglês surpreendido por Engels. Não é despropositado insistir que o ato bonapartista-haussmanniano tornou-se o modelo *par excellence* do urbanismo moderno não só pela estripação de Paris, mas também e sobretudo por ter estimulado uma descomunal expansão de negócios, na qual foram envolvidas dezenas de milhares de trabalhadores que formavam um “proletariado da construção civil especificamente bonapartista e dependente do governo” (Engels, 1872, p.379-80), renunciando a importância decisiva que as atividades econômicas correspondentes ao denominado (em termos não-marxistas) *setor da construção* viriam a assumir nos mecanismos da acumulação capitalista durante o século atual, em razão sobretudo da produção de mais-valia daí emanada (extraída por capitais não raro de composição orgânica menor que a média) que, no movimento geral do capital, acaba contrapressionando a baixa tendencial da taxa média de lucro. A “mobilização do imobiliário”, como denominava Lefebvre (1972a, p.231-55), incluída na produção política do espaço, tem importância e implicações maiores que as creditadas, por exemplo, por David Harvey (1989) em suas considerações (retomando em certa medida as análises de Rosa Luxemburg) sobre o “reparo espacial”, isto é, sobre a produção do espaço considerada como paliativo para a absorção de capitais excedentários nos períodos de superacumulação.

O que isso significou? A incorporação do espaço na “anatomia da sociedade civil”, como dizia Marx, exige que sua utilização social se faça consoante às formas necessárias ao movimento reprodutivo do capital. Por esse motivo, o envolvimento com a economia política, enquanto prática dominante na formação econômico-social capitalista, tornou-se inescapável ao urbanismo, a ponto de ele próprio assumir, cada vez mais, o caráter de economia política do espaço, visto que, para tomar o espaço como objeto, tanto no pensamento quanto na prática, o urbanismo não pode se esquivar de fazê-lo entrar na forma mercadoria. Concomitantemente, o urbanismo, ele próprio coagido,²¹ infundido pelas representações coatoras advindas da economia política, passa a funcionar como veículo para a imposição do conteúdo antidemocrático a ela intrínseco. O que se pode explicar melhor incursionando brevemente em alguns aspectos fundamentais da crítica marxiana à economia política. Se não, vejamos.

Como é sobejamente conhecido, Marx demonstrou, ao longo de grande parte de sua obra, que os principais representantes da economia política, como conhecimento científico nascido no século XVIII ávido por desvendar as leis que governavam os meca-

nismos de regulação cega e espontânea vigentes no capitalismo concorrencial, foram capazes de analisar a distribuição da riqueza socialmente produzida sob a forma valor, mas encontravam-se impossibilitados de decifrar o hieroglífico mundo das mercadorias em razão da perspectiva oferecida pelo lugar social e político ocupado por seus mais proeminentes representantes. O que Marx demonstrou? Entre outros aspectos, que não cabe desenvolver aqui,²² que, operando através da lógica formal, os economistas clássicos desvendaram a vinculação entre a mais-valia e as demais formas sociais nas quais ela se decompõe, mas a partir daí se empantanaram, pois ao invés de prosseguirem até alcançar a síntese dos elementos que analiticamente verificavam, limitaram o seu estudo da acumulação de capital ao movimento da aparência manifesta pelas diferentes formas em que se fraciona a mais-valia.

Em verdade, eles não se colocaram o problema de que a forma elementar do capital (produção como criação de mais-valia), da qual as demais formas são derivadas ou secundárias, é histórica, portanto, as relações de produção, que são seus conteúdos e por elas se manifestam, têm de ser reiteradas. Como não são dados naturais e eternos, tal reposição contínua e ampliada tem de ser assegurada por relações de dominação, o que, aliás, amplia consideravelmente a noção de classe dominante. Marx sempre enfatizou que a reprodução capitalista não se refere tão-somente às coisas, ao produto palpável que resulta do processo de trabalho, tampouco limita-se à produção de mais-valia. Para se manterem e reproduzirem como tais, as classes dominantes no capitalismo, como em qualquer outra formação econômico-social, empenham-se para reconduzir incessantemente as relações sociais que lhes são fundantes e essenciais. Para isso, elas têm de figurar permanentemente como premissa e aparecer como resultado renovado do processo. De onde, por exemplo, a importância decisiva das formas sociais adquiridas pelas relações de produção na esfera da troca. Isto é, as relações que nesta se estabelecem, e que precedem o processo produtivo, a rigor não constituem por si a essência da relação capitalista de produção propriamente dita, mas já carregam em si o seu fundamento, o que os economistas, “intérpretes da alma das mercadorias” (Marx, 1867, p.92), eram incapazes sequer de aventar (no que foram seguidos, aliás, pelo marxismo vulgar, atolado no economicismo).

Desde muito cedo, Marx criticava os economistas por não terem visto o homem senão na estreita acepção de trabalhador assalariado. O mesmo sucedendo com as condições objetivas da produção social de riquezas, vendo-as apenas e tão-somente como condições para o capital e sua valorização.²³ Os limites da economia política como conhecimento residem, portanto, nos termos em que promove sua leitura do mundo das mercadorias, pois neles não se questiona, posto que é encarado como *fait accompli*, porque os elementos da vida material, alienados do produtor, comparecem na esfera da circulação revestidos da forma mercadoria, separados uns dos outros e personificados por seus proprietários.

Ora, nessas condições as Coisas passam a atuar como se fossem poderes autônomos, condicionando o processo nos seus resultados como se tivessem tornado os sujeitos da História. Na tríade terra-capital-trabalho — a santíssima trindade da economia política — cada um desses elementos parece dotado de vida própria, seguindo modos de existência na aparência independentes uns dos outros, o que lhes confere feição reificada. À terra corresponde a renda fundiária, ao capital o lucro, e assim por diante, como se fossem atributos das próprias *Coisas* gerarem tais formas de renda. Ou, nas palavras do próprio “velho”: “os agentes da produção capitalista vivem num mundo enfeitado, e suas próprias relações afiguram-se-lhes atributos das *Coisas*, dos elementos materiais da produ-

22 Uma exposição mais detalhada a esse respeito pode ser encontrada em Martins (1999).

23 “... a economia política não conhece o trabalhador desocupado, o homem que [não] trabalha, na medida em que ele se encontra fora da relação de trabalho. O burlão, o ladrão, o pedinte, o desempregado, o faminto, o miserável e o criminoso, são *figuras* de homem que não existem para a economia política, mas só para outros olhos, para os do médico, do juiz, do coveiro, do burocrata, etc. São fantasmas que se situam fora do seu domínio. As necessidades do trabalhador reduzem-se assim à necessidade de o manter *durante o trabalho* e de maneira que a *raça dos trabalhadores* não se extinga” (Marx, 1844, p.174, ênfases do autor).

ção.” (Marx, 1862, p.1550). Em virtude, portanto, da aparente autonomia com a qual as *Coisas*, isto é, terra, capital e trabalho, enfrentam o processo, elas próprias parecem não apenas ser a fonte de onde provém a riqueza, como cada vez mais fortificam o processo de reprodução social, uma vez que, na representação que a economia política deles faz, parecem determiná-lo.

Atolada nesse impasse, a economia política como ciência logo entoa seu canto de cisne. No curso de sua vulgarização, o coeficiente de ideologia se acentua, erosionando o que nela havia de científico. As contradições da vida econômica que atormentavam a cabeça dos economistas clássicos deixam de existir na dos economistas vulgares, uma vez que para estes as condições de produção da História aparentemente autonomizadas são elas próprias fontes independentes de renda, sem nenhuma vinculação com sua unidade comum — o valor excedente —, logo com o trabalho assalariado. Ao se contentarem em constatar e enumerar as *Coisas* através das quais as relações sociais se estabelecem no mundo das mercadorias, os economistas políticos fazem prevalecer as representações ideológicas intrínsecas à época na qual a própria economia política se desenvolveu, em desfavor das representações científicas, dos conceitos herdados. O que faz então o economista político vulgar? “Coloca-se na acepção restrita com a consciência perfeitamente em ordem, ou seja, com uma certeza que não se distingue da trivialidade do bom senso e a si mesma se toma por verdade científica. Constata, conta, descreve. Tanto contará ovos como toneladas de aço, gado ou trabalhadores, com a mesma permanente, tranqüila e inabalável certeza” (Lefebvre, 1972b, p.82-3).

As conseqüências para o conhecimento são ainda mais desastrosas. Cada vez mais comprometida com a “dança fantasmagórica” das formas assumidas pelo capital, tida como curso inevitável da História, a economia política distancia-se também inexoravelmente da realidade concreta, pois na forma mercadoria tudo e todos aparecem igualados, homogeneizados, despidos das condições e das relações concretas por meio das quais foi produzida. Mas só aparecem assim, como Marx demonstrou farta e exaustivamente, por força da abstração imprescindível à quantificação e realização do valor na troca. Desse modo, a perspectiva oferecida pela economia política não permite enxergar as diferentes determinações históricas concretas. Por conseguinte, as contradições e os conflitos cuja resolução passa pela atividade criadora, pela produção de novas relações, não são reconhecidas. Bloqueado nesse plano, esse saber divorciado das necessidades e possibilidades de transformação da História presta-se exemplarmente a uma práxis antidemocrática, que “tem por finalidade e sentido a repartição desigual dos produtos e da riqueza” (Lefebvre, 1980, p.110). Uma práxis que se fecha para o futuro ao procurar atar a realidade social a determinismos econômicos, a atos e movimentos consagrados à valorização das *Coisas* em detrimento da valorização do homem, do seu fazer humano. O morto tolhe o vivo, escrevia Marx, quando se referia ao processo de valorização das *Coisas* nas quais incrustou-se a “alma do capital”, à custa da desvalorização do homem, que vê sua ação confinada à expansão da riqueza como capital, como um mundo alheio e estranho que cada vez mais o domina e o arrasta para o seu empobrecimento.

Nesse sentido, compreende-se por que, por exemplo, as proposições urbanísticas advindas dos socialistas utópicos, cuja importância Engels e Marx consideravam “inversamente proporcional ao desenvolvimento histórico” (1848, p.132-4), só foram (parcialmente) concretizadas quando as necessidades sociais a que se referiam, e que exigiam alterações efetivas nas sociedades arrastadas pela industrialização, puderam ser assimiladas através de sua incorporação desradicalizada ao mundo das mercadorias. Como saber po-

lítico, assumindo o caráter de economia política do espaço, o urbanismo tornou-se um meio importante e imprescindível para abrigar e acomodar o que há de disruptivo nas problemáticas que se formam no chão da sociedade, o que contém de potencialmente transformador, nos marcos da produção política da sociedade, da sua gestão sem alteração dos fundamentos, reprodução sem possibilidades para o advento do novo.

Não foi por acaso, portanto, que o “método Haussmann” recebeu efusivos aplausos (muito antes que Mumford os solicitasse, aliás) quando se apresentou nas ruas de Paris. Desde então, esse “espírito planejador”, como não raro o urbanismo é apresentado, não só passou “por Londres, Manchester, Liverpool, e em Berlim e Viena” (Engels, 1872, p.334), como acabou por varrer o mundo poucas décadas depois de Engels tê-lo entrevisto.

Até que ponto, no entanto, essa inversão fantasmagórica, aprofundada e aperfeiçoada durante todo o século XX, consegue prevalecer? Quais são e por onde passam as iniciativas da sociedade civil para pôr este mundo sobre os seus próprios pés, para reaver e exercer plenamente suas prerrogativas de centro do desenvolvimento histórico sem as quais dificilmente o homem poderá tornar-se protagonista e senhor de sua humanização? A decifração dessas questões é um desafio para os intelectuais. Numa sociedade como a brasileira, na qual sempre foi bastante acalentada a perspectiva de que o acento da ação política deve ser deslocado em favor da suposta racionalidade das instituições e, em consequência, dos poderes a elas correlatos, esse desafio é ainda maior, pois exige o questionamento da própria orientação interpretativa na qual o institucional tem precedência. Nessa orientação o intelectual quase sempre ocupa um posto privilegiado, uma espécie de tutor esclarecido da sociedade por sobre a qual parece pairar. É essa orientação que tem dificultado, no meu modo de ver, a compreensão da participação do pensamento urbanístico moderno nesse amplo processo, de que é parte fundamental, no qual as necessidades imanentes à (re)produção social da História pelo e para o homem acabam sendo submetidos a interesses definidos e geridos no âmbito do Estado.

Sérgio Martins, geógrafo, é professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: smartins@igc.ufmg.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEVOLO, L. [1963]. *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.
- BERMAN, M. [1982]. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 7 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CHOAY, F. [1965] *O urbanismo: utopias e realidades*. Uma antologia. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- DELUMEAU, J. [1978]. *História do medo no ocidente: 1300-1800*. Uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ENGELS, F. [1845]. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1986.
- _____. [1872]. “Para a questão da habitação”. In: ENGELS, F., MARX, K. *Obras escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições “Avante!”/Moscou: Edições Progresso, 1983.
- _____. [1885]. “Para a história da Liga dos Comunistas”. In: ENGELS, F., MARX, K. *Obras escolhidas*. Tomo III. Lisboa: Edições “Avante!”/Moscou: Edições Progresso, 1985.
- ENGELS, F., MARX, K. [1848]. “Manifesto do partido comunista”. In: ENGELS, F., MARX, K. *Obras escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições “Avante!”/Moscou: Edições Progresso, 1982.

- FOUCAULT, M. [1979]. *Microfísica do poder*. 9ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- HARVEY, D. [1989]. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOBBSBAWM, E. J. *A era do capital: 1848-1875*. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LEFEBVRE, H. [1966]. *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro: Forense, 1968a.
- _____. [1967]. *Posição: contra os tecnocratas*. São Paulo: Documentos, 1969.
- _____. *Le droit à la ville*. Paris: Éditions Anthropos, 1968b.
- _____. [1970]. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- _____. *Espace et politique*. Paris: Éditions Anthropos, 1972a.
- _____. [1970]. *O pensamento marxista e a cidade*. Póvoa de Varzim: Ulisséia, 1972b.
- _____. [1975]. *Hegel, Marx, Nietzsche, ou o reino das sombras*. Póvoa de Varzim: Ulisséia, 1976a.
- _____. *De l'État. L'État dans le monde moderne*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1976b. v.1.
- _____. *De l'État. Le mode de production étatique*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1977. v.3.
- _____. *Une pensée devenue monde: faut-il abandonner Marx?* Paris: Fayard.
- MARIANI, R. *A cidade moderna entre a história e a cultura*. São Paulo: Nobel, Instituto Italiano di Cultura di São Paulo, 1986.
- MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARTINS, S. "Crítica à economia política do espaço". In: DAMIANI, A. L., CARLOS, A. F. A., SEABRA, O. C. L. *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.
- MARX, K. [1844]. *Manuscritos Económico-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1975.
- _____. [1857]. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- _____. [1862]. "A renda (revenue) e suas fontes. A economia vulgar". In: MARX, K. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico* (livro 4 de O Capital). São Paulo: Difel, 1985. v.3.
- _____. [1867]. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1. 12ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 2v.
- _____. [1869]. "O dezoito de brumário de Louis Bonaparte". In: ENGELS, F., MARX, K. *Obras escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições "Avante!"/Moscou: Edições Progresso, (1982).
- _____. [1871]. "A guerra civil em França". In: ENGELS, F., MARX, K. *Obras escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições "Avante!"/Moscou: Edições Progresso, 1983.
- MOLLAT, M. [1978]. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- MUMFORD, L. [1961]. *A cidade na História*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965. 2v.
- RANCIÈRE, J. "O dissenso". In: NOVAES, A. (Org.) *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- VERGOPOULOS, K. [1974]. "Capitalismo disforme (o caso da agricultura no capitalismo)" In: AMIN, S., VERGOPOULOS, K. *A questão agrária e o capitalismo*. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- WILLIAMS, R. [1973]. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

A B S T R A C T *This article scrutinizes the relationship between urban planning and politics. To consider urban planning as political knowledge that takes shape over the course of urbanization that is born of industrialization calls attention to the fact that its realization belongs to a much broader and extensive process: the consolidation of the modern State and the political output of the society which accompanies it. This does not revoke the constraints that attempt to make urbanization consonant with forms necessary for the reproductive movement of capital. On the contrary, they reinforce them. Assuming the character of political economy of the space, urbanism ends up functioning as a means for the imposition of the antidemocratic contents which are the inherent to it.*

K E Y W O R D S *Urbanization; state; urbanism; democracy.*